

# TÁXI

:: REVISTA DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO TÁXI - FPT ::  
:: MEMBRO DA CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DO TÁXI - CET ::

77

NÃO É JUSTA NEM LEAL  
TVDE NO CONSTITUCIONAL

#Somos  
Táxi



TAXI

**JUNTOS SOMOS  
MAIS FORTES!**

**TÁXIS DE CONFIANÇA**

**Junta-te à maior frota nacional de táxis  
+ de 1.200 táxis + de 2.400 profissionais**



Almada · Faro · Guimarães · Lisboa · Loulé  
Loures · Odivelas · Olhão · Portimão ·  
Seixal · Tavira · Vila Real de Sto António

Para mais informações: [geral@cooptaxis.pt](mailto:geral@cooptaxis.pt) · 217 996 475



Carlos Ramos

# VENCEREMOS A LUTA, BATALHA POR BATALHA

Nada ficou igual depois da Manifestação Nacional do Sector do Táxi. Com força e coragem para manter o protesto nas ruas por oito dias seguidos, não sobrou espaço para boatos e contrainformação. A imagem do Sector brilhou no sacrifício de cada um, nos tempos infundáveis desta luta.

O táxi é e continuará a ser o transporte público de passageiros em viatura ligeira que merece a confiança dos portugueses. Essa afirmação inequívoca ficou bem clara nos dias em que estivemos sempre nos noticiários, interagindo com os grupos parlamentares, com o gabinete do primeiro-ministro e com a Casa Civil do Presidente da República. Nada foi feito ao acaso e a nossa missão de reivindicar com sucesso os nossos justos direitos foi plenamente cumprida ao sermos convocados para uma reunião em que o Partido Socialista se comprometeu a reforçar os poderes das autarquias sobre a gestão e monitorização do número de viaturas em atividade de transporte de passageiros. A contingentação é incontornável e existe para que em cada concelho não se instale a confusão. A concorrência desleal só beneficia os mercenários que atuam apenas onde está o capital, nos grandes centros urbanos ou em período de férias e grande afluxo de turismo, aliás como o disseram alguns autarcas durante a Manifestação. Ficam prejudicados todos os cidadãos, desde o passageiro que paga a tarifa dinâmica ao industrial e profissional do táxi, vítimas de uma lei que gera graves desigualdades. O Estado, que somos todos nós, só recebe migalhas dos lucros que desaparecem para o estrangeiro, com a aplicação de taxas ridículas. Um rombo severo na economia nacional, já tão sangrada com os nunca recebidos milhões das coimas aplicadas aos ilegais.

Com permanente cobertura jornalística, que fez jus à liberdade de informação da nossa Democracia, mostrámos ao Povo Português os fundamentos da nossa razão, pulverizando a má imagem que outros tentaram colar aos profissionais que sempre serviram as populações. Foi uma dura batalha, alicerçada em justos argumentos e cimentada na Solidariedade, na Dignidade e no pleno exercício da Cidadania. Deixamos aqui uma palavra de agradecimento às forças policiais, pela sua atuação exemplar.

É importante para a sociedade portuguesa olhar para dentro do Sector e conhecer melhor as mulheres e homens que nele ganham honestamente a sua vida. E o que a opinião pública constatou foi a evidência do genuíno cidadão português, que trabalha nos táxis, que tem família e que sofre e sacrifica dias de rendimento numa Manifestação Nacional, nos canais de todas as estações de rádio e de televisão, nos jornais, nos blogues, nas redes sociais e, com muito orgulho nosso, na Rua, junto do Povo que nos respeita.

As cidades de Lisboa, Porto e Faro foram palco principal de uma mobilização histórica, fruto da união do Sector do Táxi em torno da defesa dos seus direitos. Tantos mostraram a todos a realidade que nenhuma cortina de fumo poderá esconder. Ficou claro que a luta do Sector cresce contra a iniquidade de um "fato à medida" das plataformas multinacionais que pretendiam entrar em Portugal sem reconhecerem e cumprirem a Lei Portuguesa.

A nossa luta está longe de terminar, pois agora trata-se de fazer cumprir promessas, de fazer honrar compromissos e de, com o apoio de quem sabe que a razão nos assiste, elevar o mercado à dignidade que sempre deveria ter tido.

Os grupos parlamentares movimentam-se e alguns já avançaram com propostas no Parlamento. Mas a prova de que os políticos não querem brincar com o Sector, com as vidas de tantas famílias e de milhares de cidadãos portugueses virá com o que for decidido sobre a descentralização. É ao nível das Autarquias e da intermunicipalidade que vai ser definido o "equilíbrio justo" de que falou o Presidente da República, para que, no avanço para a modernidade, a sociedade não esqueça "aqueles a quem devemos tanto passado e presente". Norteados pelo civismo e no respeito pelas Instituições da República Portuguesa, sabemos que "só vence quem luta" e que a nossa luta não terminou.

Afirmar vitória nesta batalha significa preparar os próximos passos e manter a chama da mobilização sempre viva. Porque o mote da grande Manifestação Nacional do Sector é muito claro: "Todos agora ou ninguém no futuro!"

## ÍNDICE

**04** ATUALIDADE

**08** REPORTAGEM

**22** NOTÍCIAS

**26** PAÍS REAL

**36** OBITUÁRIO  
FICHA TÉCNICA  
ESTATUTO EDITORIAL

# FUTURO DO TÁXI DE NOVO NO DEBATE PARLAMENTAR



No dia 18 de outubro, os Projetos-Lei dos Grupos Parlamentares do PEV, do PCP e do BE subiram a Plenário. Novamente o futuro do Sector do Táxi debatido na Assembleia da República, em Lisboa.

O Partido Ecologista “Os Verdes” apresenta três dos Projetos-Lei e o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda tentam revogar a lei 45/2018 apresentando cada qual o seu diploma.

A FPT apelou à presença dos profissionais nas galerias para assistirem à discussão. Em apreciação no hemiciclo, no ponto seis da ordem do dia, foram os seguintes os diplomas apresentados e discutidos:

## **Projeto de Lei n.º 1000/XIII/4.ª (PEV)**

Consagra regimes de formação de motoristas num quadro de igualdade de

critérios e com as mesmas aplicações em termos de exigência (Primeira alteração à Lei 45/2018, de 1 de agosto).

## **Projeto de Lei n.º 1001/XIII/4.ª (PEV)**

Atribui competências às Camaras Municipais para o licenciamento das viaturas com vista à atividade de transporte individual de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataformas eletrónicas (Primeira alteração à Lei 45/2018, de 1 de agosto).

## **Projeto de Lei n.º 1002/XIII/4.ª (PEV)**

Procede à definição de preços e tarifas com clareza, transparência e estabilidade e estabelece um tarifário homologado que impeça flutuações de preços, impedindo a venda com prejuízo (Primeira

alteração à Lei 45/2018, de 1 de agosto).

## **Projeto de Lei n.º 994/XIII/4.ª (PCP)**

Revoga a Lei n.º 45/2018 de 1 de agosto – “Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica”.

## **Projeto de Lei n.º 1014/XIII/4.ª (BE)**

Procede à revogação da Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto – “Regime Jurídico da Atividade de Transporte Individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica”. À data de fecho desta edição ainda não eram conhecidos o resultado da votação sobre estes diplomas. ●

# UMA PARALISAÇÃO QUE VALEU A PENA APESAR DO PREJUÍZO FINANCEIRO

*Num mercado já muito debilitado em termos de concorrência, com mais gravidade nos grandes centros urbanos, os profissionais e industriais do Sector do Táxi souberam elevar a fasquia da reivindicação, com civismo e sofrimento, contando com a atenção e respeito da sociedade portuguesa*

Depois de uma greve de oito dias seguidos e de muitos sacrifícios para que a sociedade portuguesa e os poderes públicos atentem na injustiça da legislação sobre as plataformas eletrónicas de transporte de passageiros, o Sector fez contas à vida e divulgou uma estimativa das perdas financeiras que sofreu durante essa paralisação.

“Foram perdas na ordem dos 10.400 euros por hora, o que perfaz um prejuízo financeiro total de dois milhões de euros”, esclareceu Carlos Ramos, presidente da Federação Portuguesa do Táxi.

Defendendo a importância do protesto, Carlos Ramos saudou os profissionais e industriais do táxi, pela sua “perseverança e combatividade, na defesa dos direitos de todo o Sector”.

As perdas foram elevadas mas o resultado foi “o compromisso por parte do PS de que a contingentação vai passar para os municípios”, o que na prática pode significar que haverá limites à atividade das plataformas descaracterizadas, pelo funcionamento a concorrência, geridos pelas entidades mais relevantes nesta matéria: as autarquias.

A FPT evidenciou ainda que os prejuízos atingem não só os empresários e profissionais do Sector mas também os cidadãos portugueses, já que o Estado não recebeu o IVA relativo a esses montantes que os táxis deixaram de ganhar por terem feito greve.

“Em contas por alto, se pensarmos que no País todo estiveram parados cerca de três mil carros e se fizermos as contas a 84 euros de receita por carro por dia, só aí estimamos 252 mil euros por dia, o que dá um prejuízo de cerca de dois milhões de euros em oito dias de paragem”, contabilizou o presidente.

“À gravidade desta situação de perda financeira suscitada pela luta do Sector por justiça e pelos seus direitos, acresce ainda



o facto de ter sido anunciado que as tarifas dinâmicas das viaturas das plataformas geraram a cobrança de valores bem elevados, na ordem dos 200%, estima-se, aproveitando uma oferta de transportes menor e cavalgando numa das suas características menos transparentes, o logaritmo que faz disparar os preços por causa do aumento da procura e da diminuição da oferta”, salienta Carlos Ramos. O presidente afirma que se fosse na situação inversa, “os táxis nunca manipulariam preços, nem cobriam a mais aos passageiros, uma vez que fazem parte de um sistema tarifário convencionado com o Estado, completamente transparente e claro”.

Apesar da reconhecida dificuldade sentida em todo o Sector do Táxi, que atingiu

com maior severidade os profissionais e industriais durante a paralisação, de 19 a 26 de setembro, a FPT realça o mérito e a coragem do Sector e a melhoria da sua imagem junto da população e da opinião pública. “A nossa manifestação foi levada a cabo com muito sacrifício, com muitos cuidados para que a informação sobre as nossas pretensões fosse muito clara e com grande respeito pelos cidadãos e pelas cidades nas quais decorreu”, esclarece Carlos Ramos, que sublinha que “este foi um fortíssimo alerta contra a precarização laboral, contra a manipulação de preços e contra a concorrência ilegal, que contou com a fibra dos profissionais e dos industriais do Sector, que souberam sofrer estoicamente pela justeza dos seus direitos”. •

# ASSOCIAÇÕES EXIGEM CUMPRIMENTO DA LEI

*Depois de denunciada pelos órgãos de comunicação social uma eventual situação de perdão dos processos de contraordenação às plataformas digitais, as associações representativas do Sector do Táxi escreveram a todos os Grupos Parlamentares para exigir a plena instauração dos processos, de acordo com a Lei 35/2016*



O Sector do Táxi considera que a entrada em vigor da legislação que regula a atividade de transporte em veículos descaracterizados a partir de plataformas eletrónicas não pode ser motivo para o perdão dos processos de contraordenação instaurados aos operadores da Uber e Cabify.

Em carta endereçada a todos os Grupos Parlamentares, a FPT e a Antral solicitaram aos líderes parlamentares dos partidos políticos que aprovaram, por voto expresso e por abstenção, a Lei 45/2018, solicitando também esclarecimentos sobre “quais as medidas tomadas ou a tomar, que impeçam a extinção dos processos de contraordenação pendentes sem punição aos infratores”; sobre “que medidas pretende a Assembleia da República tomar para aferir do cum-

primento do dever de aplicação da Lei e do dever de cobrança da receita pública por parte do IMT e do Ministério que o tutela, que, por não ação, contribuíram exclusivamente para a não arrecadação de receita pública no valor de 4,6 milhões de euros”; e sobre “que medidas pretende tomar a Assembleia da República para garantir que se torne efetivo o controlo à circulação ilegal ou irregular das viaturas ao serviço das multinacionais”. Segundo informação veiculada pelos meios de comunicação social, estão pendentes no IMT 2297 processos de contraordenação instaurados aos operadores das plataformas, por violação da Lei 35/2016, dos quais resulta, feitos os cálculos pelo montante da coima mínima, o valor global de 4,6 milhões de euros. Ainda segundo a imprensa, as associações constataram que o

IMT apenas cobrou cerca de 6.000 euros, sendo que, nos termos da lei os infratores estão obrigados a efetuar, de imediato ou no prazo de 48 horas, o depósito do valor da coima mínima, sob pena de apreensão dos documentos.

As associações salientaram ainda que, “mesmo considerando o princípio da aplicação aos arguidos do regime mais favorável, recordamos que a circulação ilegal hoje realizada não obedece igualmente ao quadro criado pela Lei 45/2018, na medida em que não obedece a qualquer das obrigações nela estabelecida”. “A cumplicidade real das Autoridades Públicas com a atuação ilegal das multinacionais, exposta no diminuto número de multas passadas às multinacionais e no quase inexistente número de multas efetivamente cobradas, seria

agravada com qualquer perdão de multas, ou pela permissão tácita de atuação depois de 1 de novembro, mesmo sem respeitar o preceituado na Lei 45/2018”, alertam as associações.

As associações evidenciam “que o produto das coimas, ou seja, os 4,6 milhões de euros, deveria ter constituído receita

direta do Estado em 60% e indireta nos 20% para o IMT e 20% para a entidade fiscalizadora, receita que o Estado está a perdoar de facto às multinacionais”.

A Lei 35/2016, que entrou em vigor em novembro de 2016, regulamenta o acesso à atividade e ao mercado dos transportes em táxi e reforça as “medi-

das dissuasoras de atividade ilegal” no Sector, bem como as respetivas coimas a aplicar em caso de infração. Pelo exercício da atividade sem alvará, as coimas passaram a ser entre 2.000 e 4.500 euros (pessoa singular) e entre 5.000 e 15.000 euros (pessoa coletiva). •



## DENÚNCIA DE “GESTÃO DANOSA”

*A comunicação social divulgou notícias sobre o não cumprimento integral da Lei 35/2016 e as associações do Sector apelaram ao bloqueio do correio eletrónico do Ministério do Ambiente*

Durante a primeira semana de outubro, as associações do Sector do Táxi decidiram manifestar-se acerca da falta de cobrança efectiva das contraordenações às plataformas eletrónicas de transporte, de acordo com a Lei 35/2016. Apelaram aos seus associados para que entupissem as caixas de correio do ministro do Ambiente, do secretário de Estado adjunto e do Ambiente e do secretário de Estado do Ambiente, denunciando o que apelidaram de “gestão danosa” por parte dos governantes.

Em comunicado divulgado na imprensa e nas redes sociais, as associações explicaram que o objectivo da iniciativa prende-se com “denunciar a má gestão dos dinheiros públicos, aquilo que o ministro tinha dito publicamente e que depois foi chamado à Assembleia da República para esclarecer, a opinião de que se devia encontrar na lei uma forma de acomodar as multas da Uber”. A decisão de confrontar desta forma o ministro do Ambiente e os seus secretários de Estado pretende evidenciar “a gestão

vergonhosa das multas a que o Estado tem direito, quase cinco milhões de euros em contraordenações passadas ao transporte ilegal de passageiros, dos quais apenas seis mil euros foram efetivamente recebidos”. Na mensagem a deixar nas caixas de correio eletrónico dos governantes constaria uma ligação para as notícias publicadas sobre o caso. A iniciativa das associações surgiu como forma de protesto cívico e pacífico, mas veemente, contra a inércia das autoridades e Governo, explicaram as associações. •





REPORTAGEM

## SÓ VENCE QUEM LUTA

*“Todos agora ou ninguém no futuro.” O título de capa da última revista Táxi deu o mote para a Manifestação Nacional que o Sector iniciou em 19 de setembro, em Lisboa, Porto e Faro, e que se prolongou por oito dias, até 26 de setembro, quando os deputados deram um sinal afirmativo às pretensões do Sector.*

## O DIA-A-DIA DA MANIFESTAÇÃO NACIONAL DO TÁXI

Durante o mês de agosto as associações do Sector do Táxi analisaram profundamente os acontecimentos nacionais e internacionais relacionados com os táxis e a sua luta contra a concorrência desleal das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros. A aprovação da lei 45/2018, que criou o Regime Jurídico das TVDE, “abrindo a porta à concorrência desleal”, como alertaram, foi a gota de água que fez transbordar a paciência do Sector.

O veto presidencial sobre a lei aprovada no Parlamento encheu de esperança o Sector, já que as razões apontadas pelo Chefe do Estado sublinhavam as reivindicações do Sector do Táxi. Foi com grande decepção que se assistiu ao debate parlamentar sobre as alterações à lei. “Nada se alterou, de facto”, lamentou a FPT, na ocasião. Sempre que se falava de alteração das disposições do diploma, a resposta surgia sobre as eventuais medidas de modernização do Sector do Táxi. “Como se a regulação adequada de uma atividade ilegal passasse sempre primeiro pela alteração da situação do Sector”, manifestaram alguns dos industriais que assistiram ao debate na galeria do Parlamento. Apesar da intervenção de alguns deputados que salientavam que não estava a ser cumprida a resposta às considerações presidenciais, o diploma foi aprovado novamente, com “maquilhagem parlamentar”, e a “injustiça mantém-se”.

Perante a promulgação da lei pelo Presidente da República, as associações decidiram solicitar às forças políticas que requeressem a suspensão da lei e o seu envio para o Tribunal Constitucional, como esperavam que tivesse sido feito pelo Chefe do Estado. Entre as reivindicações do Sector sempre esteve o reforço da capacidade e poder das Autarquias para a gestão dos contingentes dos transportes de passageiros.

Para substanciar estas reivindicações e para que a sociedade portuguesa não esqueça os direitos inalienáveis dos seus cidadãos, os industriais avançaram para a ruas de Lisboa, Porto e Faro, numa “extraordinária jornada de luta”, tendo como porta-vozes os responsáveis das associações suas representantes.

Foram dias de entusiasmo, de dedicação profunda ao bem comum, de sacrifício, de altos e baixos nas expectativas, de desilusão face ao encolher de ombros de algumas forças políticas com assento parlamentar, de novo ânimo com o apoio de alguns Grupos Parlamentares. “Foram oito dias bem medidos, num teste muito sério à temperança, ao civismo, à sobriedade, à nossa Cidadania”, salienta Carlos Ramos, que acrescenta que “além da defesa dos direitos dos industriais e profissionais dos táxis, lutámos também para livrar todos os cidadãos portugueses da opacidade das tarifas dinâmicas, da precariedade laboral, da fuga de impostos para o estrangeiro, do domínio por parte de grandes multinacionais a quem só importa o lucro, profundamente desumanizado”.

Foram dias que não se apagarão tão cedo da memória dos portugueses e constituem uma batalha ganha na luta que ainda não terminou.

**1º Dia - 19/09**

### SOMOS TÁXI!

A instalação do “Posto de Comando” da Manifestação Nacional do Sector do Táxi iniciou-se pelas quatro da madrugada. Nesse primeiro dia foi fácil espantar o sono e os trabalhos de enquadramento da Manifestação nas três cidades de Lisboa, Porto e Faro, avançaram com decisão e coordenação.

O “Hotel 55”, como foi alcunhada a viatura táxi que Rodolfo Melo colocou à disposição do “centro de comunicações”, já emitia as primeiras linhas para as redes sociais. Espalhavam-se faixas com palavras de ordem e instalava-se a parte sonora da divulgação das reivindicações do Sector em plena praça dos Restauradores, no centro da capital. Em breve os táxis estacionados ao longo de toda a avenida da Liberdade chegariam à Rotunda do Marquês de Pombal, depois a avenida Fontes Pereira de Melo, a praça do Saldanha, mais tarde a avenida da República, até ao cruzamento com a avenida de Berna. Um espetáculo impressionante para quem passava, com a consciência de que a cidade não teria táxis em serviço durante



a Manifestação, começou a tomar forma pelas cinco da manhã.

Em Faro e no Porto, a adesão à paralisação foi crescendo. Na via que liga a capital algarvia ao seu aeroporto, a Estrada Nacional 125/10, a partir das sete da manhã, era extensa a fila de táxis alinhados. O dia prometia ser de calor, sem sombra para atenuar a temperatura crescente. Na Invicta, desde as seis da manhã, toda a avenida dos Aliados se revestiu do preto e verde e do bege marfim dos táxis ali estacionados.

Em cada cidade onde decorria a Manifestação só autocarros e viaturas de emer-



gência podiam circular nas vias ocupadas pelos táxis. Um corredor de emergência garantiu sempre o respeito dos táxis pelos cidadãos.

As estações de televisão e de rádio cedo iniciaram a sua azáfama de reportar os pormenores da Manifestação, entrevistando os presidentes das associações, que explicavam as razões da iniciativa, esperando ser recebidos pelos representantes do Poder, na Assembleia da República.

### Apoios inesperados

Pelas nove da manhã é anunciada a notícia de que um deputado do PSD, eleito por Faro, está "solidário" com a Manifestação Nacional. Carlos Norte expressou-se "preocupado com alterações legislativas que afetam o Sector e que, no caso do Algarve, face à sua sazonalidade podem ter reflexos indesejáveis e que, no limite, podem colocar em causa o serviço público de táxi e a proteção dos consumidores". Acrescentava ainda que "é necessário, imperioso mesmo, olhar de forma muito responsável para estes efeitos, de modo a assegurar a concorrência e não desproteger quem já estava no mercado".

Em Faro foi também ouvido o presidente da Câmara Municipal, Rogério Bacalhau, eleito pelo PSD, que também manifestou apoio à posição do Sector. Como referiu, a nova lei "não acautela o interesse público, nomeadamente o facto de se disponibilizar transporte público quando há necessidade às diferentes horas do dia". Acrescentou que a regulamentação deveria garantir que "todos tenham as mesmas obrigações ou pelo menos para que se opere em plataformas de concorrência



do mesmo nível. Não é isso que se passa neste momento”.

O presidente da Câmara de Faro afirmou que esta “problemática” deveria ser “analisada nas regiões, nos concelhos” para depois “cada concelho tomar as medidas que entender de forma a garantir um serviço de qualidade de transporte de passageiros nas diversas modalidades”. Disse também que “estamos aqui a defender os interesses dos munícipes e das populações para garantir que o serviço é efetuado todos os dias do ano e a qualquer hora do dia”.

O presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, acedeu prontamente ao pedido de audiência do Sector e ouviu os representantes dos táxis, embora a tenha realçado que a “frente de batalha” seja outra, na Assembleia da República.

### Presidente Marcelo defende “equilíbrio justo”

Também chegaram notícias do Presidente da República que, à saída de uma cerimónia no Centro de Congressos da Câmara de Portalegre, defendeu “um equilíbrio justo” entre o Sector e as plataformas eletrónicas de transporte. “O que eu espero é que se atinja um equilíbrio justo na concorrência ante uma realidade que vem de trás e é socialmente muito importante e uma realidade que arrancou há menos tempo e que está a alargar-se na sociedade portuguesa”, disse Marcelo Rebelo de Sousa.

O Chefe do Estado rematou que “como eu disse sempre quando vetei a lei, não se pode fechar a porta ao futuro, mas não se pode esquecer aqueles a quem devemos tanto passado e presente”.

### Táxis espanhóis solidários

A Manifestação crescia sentindo-se cada vez mais o aumento da participação. Um dos pontos altos deste dia foi a chegada dos industriais e profissionais de Madrid, da Elite Táxis.

José António e outros colegas saíram da capital espanhola durante a madrugada e chegaram aos Restauradores, Lisboa, em apoteose e aclamação.

Em declarações à imprensa, José António referiu que o problema das plataformas eletrónicas “está a causar estragos a nível mundial”. Em Espanha, o Sector do Táxi também se manifestou nas ruas, como a Revista Táxi noticiou.





### PCP na Manifestação

O deputado do PCP, Bruno Dias e o Eurodeputado Comunista João Ferreira, estiveram entre os motoristas em Manifestação, prestando também declarações à imprensa. Salientaram a solidariedade do PCP para com o Sector e garantiram que os seus representantes seriam recebidos na Assembleia da República.

### Audiências no Parlamento

No primeiro dia na Manifestação, que coincidiu com a *rentrée* na Assembleia da República, os representantes das associações deslocaram-se à Casa da Democracia para serem recebidos pelos Grupos Parlamentares.

Os presidentes das associações foram recebidos pelos representantes dos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, PCP, do BE, do PEV e do CDS/PP.

Bruno Dias, deputado do PCP, anunciou que o partido iria propor a revogação da lei 45/2018 à Assembleia da República, acrescentando que “esta não pode ser uma discussão encerrada. Aquilo que nós manifestámos foi, da parte do grupo parlamentar do PCP, a disponibilidade e o empenho em continuar a intervir contra esta lei”. O deputado comunista admitiu o eventual apoio do partido ao envio do decreto-lei para o Tribunal Constitucional e referiu que o PCP está “disponível para iniciativas que possam por um ponto final” para uma “operação de discriminação e de um regime como ‘fato à medida’ para os interesses de multinacionais”.

O Partido Ecologista “Os Verdes” também garantiu o seu apoio ao Sector. O deputado José Luís Ferreira concordou em

viabilizar a fiscalização sucessiva da constitucionalidade da lei.

O Bloco de Esquerda, através do deputado Heitor Sousa, divulgou que vai tentar revogar a lei, admitindo também pedir ao TC a fiscalização sucessiva.

Hélder Amaral, do CDS/PP descartou a hipótese de fiscalização sucessiva e mostrou-se disponível para “atualizar e rever a lei”.

O Grupo Parlamentar do PS, na voz do deputado Carlos Pereira, recusou pedir ao TC que fiscalize a lei, tal como o PSD, que o anunciou através do deputado Emídio Guerreiro, salientando no entanto que os sociais democratas iriam chamar, com urgência, o ministro do Ambiente ao Parlamento.

Depois de horas no Parlamento, os líderes do Sector do Táxi regressaram à praça dos Restauradores “insatisfeitos”. Entre as largas centenas de profissionais e industriais anunciaram a intenção de não desmobilizar.

“Não sabemos quando vamos parar o protesto. Não há fim à vista”, afirmaram as associações, ao anunciarem a decisão de pernhoitarem nos locais da Manifestação.

### 2º Dia - 20/09

### NEM UM PASSO ATRÁS

No dia 20 de setembro, segundo dia da Manifestação Nacional do Sector, compareceram ainda mais profissionais e industriais com os seus táxis, nas três cidades-chave do protesto. Aumentava a tensão, depois de uma noite passada nos carros, sem conforto e na expectativa de novidades.



No início deste dia, os trabalhos de organização da Manifestação também não descuraram o civismo e o respeito pelo ambiente. Por toda a extensão da Manifestação havia sacos para o lixo, devidamente identificados, colocados e substituídos, quando cheios, pelos motoristas. Não houve acumulação de lixo, nem desperdícios que atrapalhassem a via pública e isso mesmo foi sempre sendo realçado pelos representantes das autoridades e forças policiais sempre presentes.

### Sem serviço no aeroporto

Os táxis não fizeram serviço no Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, e era notória a deslocação dos turistas das Chegadas para o metropolitano e autocarros. A paralisação foi mesmo cumprida com vigor. A solidariedade não foi uma palavra vã. Os táxis dedicaram-se apenas e gratuitamente a serviços especiais para passageiros com mobilidade reduzida, cidadãos portadores de deficiência e grávidas.

### As queixas do Sector em Faro e no Porto

Os industriais que se manifestaram na via de acesso ao Aeroporto de Faro chegaram a ser quase metade da frota de todo o Algarve (estavam 279 e o total do efetivo é de 425 táxis). Queixavam-se da “invasão” de carros das plataformas e outros durante o verão. Francisco José Pereira, presidente da cooperativa Rotáxis, de Faro, referiu que as plataformas “vêm de propósito ao Algarve para fazer o verão, durante dois ou três meses, e trabalhar junho, julho e agosto, o que está a causar grande preocupação nas câmaras municipais, dado o elevado número de viaturas que estão a trabalhar nos seus concelhos e que já são mais do que o número de todo o Sector do Táxi na região”.

Carlos Lima, vice-presidente da FPT e responsável pela Delegação do Norte, salientou o aumento da adesão dos motoristas ao protesto, na avenida dos Aliados, congratulando-se com a participação dos mais de 280 táxis que a preenchiam, ocupando uma das duas faixas de rodagem em ambos os sentidos de circulação, no troço compreendido entre o edifício da Câmara do Porto e os cruzamentos com as ruas Elísio de Melo e Dr. Magalhães Lemos.



### “É para continuar”

Perante um dia inteiro de crescente participação do Sector na Manifestação Nacional, as associações mantiveram a decisão de continuar em luta. Decidiram passar outra noite em protesto, apesar de já haver intenção, por parte das autoridades, de abrir, a partir desse momento, ao trânsito normal, as artérias onde estavam os táxis, o que poderia aumentar o risco de eventuais conflitos com as viaturas das plataformas ilegais, que aproveitaram para aumentar os preços,

manipulando a tarifa dinâmica.

“Não saímos daqui. Penso que esta noite e amanhã [sexta-feira, dia 21] é determinante para as conclusões da nossa luta”, disse o presidente da Federação Portuguesa do Táxi, Carlos Ramos.

As associações esperavam ser recebidas pelo primeiro-ministro e foram informadas de que a Presidência da República as receberia no dia 24, segunda-feira, pela tarde. O protesto não acabaria pelo menos até serem recebidos pelo Chefe do Estado.



### 3º Dia - 21/09

## RESISTIR! RESISTIR! RESISTIR!

“O Governo empurrou-nos para esta situação. Não sairemos daqui enquanto não houver resposta do Governo”, referia o presidente da FPT na manhã do terceiro dia de Manifestação.

As associações ouviram as declarações do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa a garantia de que “a Presidência da República sempre recebeu e sempre receberá os representantes dos taxistas. Mas já tive ocasião de dizer que a questão está nas mãos da Assembleia da República”.

Os manifestantes recordavam ainda outro apoio recebido de Espanha, desta vez Associação Caracol, uma das que estão à frente das manifestações dos profissio-

nais no País vizinho. “Estas plataformas estão a destruir o trabalho dos trabalhadores honrados em Espanha e Portugal. Isto é uma luta de gente trabalhadora. Estão a sacar a economia do país, em Espanha é igual, os políticos são corruptos, aqui é igual. Os políticos só querem dinheiro, há que ir contra os políticos”, disse Saul Crespo, porta-voz dos taxistas espanhóis.

Durante o terceiro dia noticiava-se também a situação difícil de muitos dos manifestantes. Para os assalariados já era o terceiro dia sem rendimentos e os industriais também o sentiam, pois a paralisação impôs consideráveis sacrifícios a todos.

As televisões mostraram as parcas condições em que muitos passaram a segunda noite do protesto, em cama



improvisadas nos assentos das viaturas. A impaciência já se mostrava nas expressões de alguns. As dificuldades a fazerem “braço-de-ferro” com a determinação, na defesa dos direitos do Sector.

E no fim do dia, com a expectativa em crescendo, a constatação de que o protesto não poderia cessar sem uma resposta efetiva por parte do Poder. Nova noite de desconforto, para o amanhecer de um fim-de-semana em que os órgãos de comunicação social nunca deixaram de reportar as etapas da Manifestação Nacional do Sector.

#### 4º Dia - 22/09

### DETERMINADOS E FIRMES

“Cansados mas firmes”, os representantes do Sector garantiam que a paralisação continuaria até serem recebidos em Belém.

Na comunicação social surgiam relatos da Manifestação e das famílias dos pro-

fissionais e industriais em luta. Aos manifestantes juntaram-se os filhos, os netos, as mulheres, as famílias, para reforçarem a posição do Sector.

Reportagens televisivas mostraram os almoços em plena calçada, convívios espontâneos nas artérias das três cidades, evidenciando que a mobilização estava firme e seguia agora com novo ânimo.

“A nossa intenção é mantermos a tranquilidade, o civismo e demonstrar que somos pessoas de bem e que estamos a defender os interesses do Sector”, disseram as associações.

Nos dias da Manifestação só houve serviços de transporte especial e gratuito, no aeroporto, para pessoas com mobilidade reduzida ou grávidas.

Por todo o lado, nas zonas em que os táxis estavam estacionados, via-se as bandeiras brancas e vermelhas “somos táxis” e “proibido ilegais”, bem como as camisolas

pretas e coletes do Sector “#somostáxi”, que os manifestantes envergavam com orgulho

As associações foram recebidas, pelas 19h00 desse sábado, na Casa Civil do Presidente da República, em resposta ao pedido com carácter de urgência que haviam feito ao Presidente da República e ao primeiro-ministro. O chefe da Casa Civil, Fernando Frutuoso de Melo, que ouviu atentamente os responsáveis das associações.

Depois desta audiência, as associações decidiram manter a paralisação. Para a segunda-feira seguinte ficou marcada “uma deslocação à residência oficial do primeiro-ministro”, temporariamente na Praça do Comércio, enquanto duram as obras no Palácio de São Bento.

Nova noite longe de casa e do conforto, antecâmara de dias de calor intenso sofridos no asfalto.



**5º Dia - 23/09**

## A UNIÃO FAZ A FORÇA

No domingo, em Lisboa, os táxis já chegavam ao Campo Pequeno. E em Faro e no Porto, a mobilização também crescia, com a expectativa de que as associações fossem recebidas pelo chefe do Governo.

O fim-de-semana prolongou-se no calor, no cansaço e no esforço para manter o ânimo em riste para novas declarações à imprensa.

Os manifestantes resistiam como podiam às elevadas temperaturas de um verão tardio cheio de sol. As famílias juntaram-se-lhes em apoio vital para levar para a frente uma luta pela revogação da lei das plataformas.

Prometendo manter o protesto, os manifestantes contaram com a participação de táxis de outras cidades e concelhos

# O DESCANSO QUE PRECISA ESTÁ NO CONFORTO DA SUA VIAGEM.

OFERTA DE  
MANUTENÇÃO  
PREVENTIVA

48 MESES / 80.000KM

ŠKODA Octavia por apenas

**€16.950\*** + IVA.

**Apresentamos o TÁXI que combina segurança, conforto, tecnologia e economia.**

O Front Assist, com sistema de travagem de emergência, e os sensores de estacionamento facilitam viagens mais longas o conforto do ar condicionado automático Climatronic e o Cruise control fazem da viagem mais agradável. O computador de bordo MaxiDot, e com a função Smartlink podemos aceder à informação em tempo real.

Tudo isto com 610 litros de capacidade da bagageira, e muito espaço interior para os passageiros.

\* Valor indicado para versão Octavia Limo 1.6TDI 115cv Ambition, incluindo desconto promocional, despesas de legalização, tratamento do processo de matrícula e seguro obrigatório.

[www.skoda.pt](http://www.skoda.pt)

# CISA TO



**ŠKODA**  
SIMPLY CLEVER



**espaço...muito espaço, num só automóvel.**

Os traseiros são fundamentais para a condução na cidade, mas para deslocações não há diferença. A informação relevante dos dados da viagem está visível no telemóvel no sistema de infotainment com ecrã de 8" do rádio Bolero.

Passageiros. Boas viagens com soluções Simply Clever!

..., pintura metalizada preta, pintura de tejadilho e kit de pneu sobressalente.

Consumos combinados de 4,1l/100Km a 4,2l/100Km e emissões de CO2 combinadas de 103g/Km a 107g/Km (informação disponível à data de impressão).





do País, que se deslocaram a Lisboa, para demonstrar a união do Sector. Os industriais e profissionais das zonas de Coimbra, Viseu, Aveiro, Cascais, Oeiras, Amadora e Sintra chegavam entre aplausos e buzinas. Ao longo de todos os dias da manifestação houve sempre este tipo de demonstração de solidariedade de outros concelhos.

Ninguém admitia a hipótese de abandonar o protesto, apesar das dificuldades. “É mais importante perder rendimentos nestes dias do que nos próximos anos”, diziam os mais decididos. “Estamos muito cansados mas não desistimos. O responsável da FPT Carlos Lima, no Porto, referia que “as famílias vieram dar-nos mais alento” e acrescentava que “a população percebe bem as razões do nosso protesto”. Durante a Manifestação houve animação musical e cultural. Fado, rancho folclórico e música tradicional portuguesa também fizeram parte do decorrer da Manifestação. Apesar do sentimento de indignação, o Sector recebeu com alegria as ofertas anónimas e a animação musical que lhe foi oferecida nesses dias. Os manifestantes receberam mais apoios do Sector, vindos de concelhos como Leiria, Águeda, Ovar, Marinha Grande, Barreiro, Almada, Seixal. Aplausos para os que chegavam, ânimo renovado para os que os recebiam entusiasticamente. Nova noite em protesto firme, com o desconforto a abalar o físico. Mas ninguém desistiu de mostrar que “a união do Sector faz a força da razão dos nossos direitos”.

### 6º Dia - 24/09

## COSTA, URGENTE! OUVE O PRESIDENTE!

As palavras de ordem ecoaram alto em mais um dia de Manifestação.

As mulheres, portadoras dos coletes “#somostáxi” lideraram a caminhada desde a Praça dos Restauradores até à Praça do Comércio. Muitos fotojornalistas registaram a arruada. Na Rua do Ouro, entre os edifícios pombalinos, o som reverberava vigoroso. Turistas e outros curiosos registavam nos telemóveis o avançar desse mar de gente até à Praça do Comércio, numa tarde de insistente calor. Em cada transeunte um repórter de ocasião, que registou para o mundo a luta do Sector.

Um casal de turistas australianos lembrava que as queixas dos táxis portugueses são similares às dos australianos, uma vez que também no seu País as plataformas dificultaram a vida com atividade à margem do mercado.

Concentrados em frente às arcadas ministeriais, os manifestantes entoaram o Hino Nacional, mostrando o carácter elevado das pretensões do Sector e respeitando as orientações da PSP, que acompanhou todos os seus passos na deslocação.

As associações esperavam ser recebidas pelo primeiro-ministro mas que os atendeu em audiência foi o assessor de António Costa para a área económica. Sem novidades que alterassem a situação, as associações decidiram regressar aos Restauradores para combinar outras ações de luta e marcando uma outra desloca-

ção, desta vez à Assembleia da República, para daí a dois dias.

Assim, esperar significava “não arrear pé” por mais duas noites.

### 7º Dia - 25/09

## ECONOMIA SIM — FRAUDE NÃO

No ecrã gigante instalado no centro da Praça dos Restauradores estava sempre visível a emissão dos vários serviços noticiosos das televisões. Sem paciência para mais adiamentos, os manifestantes não abdicavam de mostrar o seu descontentamento, mantendo sempre o civismo e com isso ganhando o apoio dos agentes de segurança.

“Este é um momento histórico de união do Sector” sublinhavam os participantes, de cansaço visível nos olhos. “O presidente da Câmara de Lisboa faz-se de morto e não nos recebe”, lamentavam outros, que, defendendo o reforço das competências das autarquias na regulação de contingentes no Sector, nada ouviram do autarca da capital, ao contrário do que aconteceu em Faro e no Porto, logo no primeiro dia da Manifestação.

Os manifestantes “resistiram, e muito, a algumas provocações de que foram alvo”, informavam os dirigentes. Sem violência mas com veemência foram denunciando essas situações e mantiveram a calma, num protesto que sempre se pretendeu elevado. Na opinião pública, calou fundo esta forma de estar.

Sempre que possível, foi dito aos órgãos de comunicação social que “a concorrên-



cia desleal corrói o nosso mercado”. A percentagem a pagar pelas plataformas que a lei prevê é considerada “ridícula”, uma vez que a maior parte dos lucros das multinacionais foge para fora do País. “Economia sim – Fraude não” foi outra frase que muito foi repetida na Manifestação.

Recusando o diálogo com o ministro do Ambiente, as associações mantiveram posição firme e decidiram o prolongamento da Manifestação por mais tempo. A esperança deslocou-se para o dia seguinte, para eventual tomada de decisões face ao debate parlamentar e audiências que pudessem ser agendadas.

**8º dia - 26/09**

## NO FIM DA MANIFESTAÇÃO, NOVO TRABALHO COMEÇA

Chegados ao oitavo dia de protesto público, os industriais e profissionais do Sector decidiram manifestar-se em frente ao Parlamento, aguardando propostas dos partidos e nova tomada de decisões.

À cabeça da Manifestação uma Bandeira Nacional, seguida por cartazes, bandeiras de protesto e faixas com palavras de ordem.

A saída muito ruidosa pela Avenida da Liberdade, passou pela Avenida Alexandre Herculano e pela Sede do PS, no Largo do Rato, com paragem para apupos. Sempre acompanhados pela PSP e sob o olhar atento dos jornalistas, os manifestantes não se envolveram em desacatos. Mas fizeram sentir o que lhes ia na alma. Todas as palavras de ordem foram entoadas e o seu eco trouxe os curiosos às janelas da Rua de São Bento.

Junto ao Palácio de São Bento foi entoado o Hino Nacional. Na Praça da Constituição de 1976, em frente à escadaria da Assembleia da República, estacionou a carrinha táxi com megafones, ligada à sala do Plenário, ouvindo-se música de intervenção apenas interrompida para escutar o debate parlamentar. Aplausos para as intervenções do PCP, PEV e BE. Os apupos e vaias cobriram as intervenções dos restantes grupos parlamentares e do primeiro-ministro António Costa. Os deputados José Luís Ferreira (PEV), Heitor Sousa (BE) e Bruno Dias (PCP) desceram a escadaria para falar aos manifestantes e demonstraram “total apoio”.

Os responsáveis das associações do Sector foram então convocados para uma reunião com deputados do Grupo Parlamentar do PS. A demorada reunião trouxe novidades importantes: uma proposta para que o reforço da coordenação das autarquias sobre os contingentes de transportes em plataformas fosse apresentado no âmbito da lei da descentralização. O Sector, atualizando as propostas apresentadas uma semana antes, afirmava a necessidade de que seja “mantida e relevada a competência das Autarquias e/ou Comunidades Intermunicipais (ampliando-se, também, as competências da Lei Quadro n.º 50/2018, de 16 de agosto, previstas no artigo 21º), de forma a que aquelas possam monitorizar, a todo o tempo, a mobilidade e o bem estar das populações e ambiente na sua área territorial”. O vice-presidente da bancada parlamentar socialista, Carlos Pereira, disse que a proposta dos socialistas é “uma resposta à

carta apresentada” pelo Sector do Táxi, que defendia a intervenção das autarquias. A ideia é “incluir a vontade que os taxistas têm de permitir que as autarquias tenham um papel mais regulador no que diz respeito ao transporte de passageiros”.

“O que o Grupo Parlamentar do PS propõe para o serviço de transporte de passageiros é parecido com a proposta aprovada para regulamentação do alojamento local, que terá a intervenção das autarquias”, como foi explicado aos manifestantes.

O PSD ainda chamou os representantes das associações para uma audiência mas o encontro não se realizou, por falha de comunicação, ficando adiado para o dia seguinte. As associações decidiram falar aos manifestantes mas só na Praça dos Restauradores, para que todos pudessem ouvir o que então ficou definido. O protesto regressou à base, com divulgação das informações em Lisboa, no Porto e em Faro, em simultâneo.

Os presidentes das associações anunciaram o que lhes foi dito pelo Grupo Parlamentar do PS e recordaram que os Grupos do PCP, PEV e BE se comprometeram a requerer a revogação da lei das plataformas ou a propor alterações à lei. Decidiram então “desmobilizar de forma ordeira”, considerando a promessa do PS de reforçar as competências de licenciamento das câmaras municipais e de incluir no pacote de descentralização a possibilidade de as autarquias regularem o serviço de transporte de passageiros regular e ocasional. No término de uma batalha desta já longa luta, no dia seguinte, o recomeço do trabalho empenhado para concretizar as promessas recebidas. •



# ALTERAÇÃO AO REGIME DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES

*Os trabalhadores independentes vão ter de entregar declaração trimestral de rendimentos à Segurança Social, de acordo com o Decreto-Lei n.º 2/2018, de 9 de janeiro, que altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e que introduziu importantes alterações ao regime contributivo dos trabalhadores independentes, produzindo efeitos a partir de janeiro de 2019.*

## Enquadramento no regime

1. O primeiro enquadramento no regime dos trabalhadores independentes, produz efeitos no primeiro dia do 12.º mês posterior ao do início de atividade, ou em data anterior, mediante requerimento.

## Obrigação Declarativa

2. Deixa de haver escalões. O rendimento relevante passa a ser determinado através de declaração dos rendimentos correspondentes à atividade exercida, obtidos nos 3 meses imediatamente anteriores.

3. Esta declaração deve ser efetuada trimestralmente, até ao último dia dos meses de abril, julho, outubro e janeiro, relativamente aos rendimentos.

4. Nesta declaração deve ser indicados, para além de outros rendimentos a definir em legislação regulamentar, o valor total dos rendimentos associados à produção e venda de bens e à prestação de serviços.

5. Se o trabalhador suspender ou cessar a atividade, deve efetuar uma declaração trimestral no momento declarativo imediatamente posterior.

6. No mês de janeiro deve confirmar ou declarar os valores dos rendimentos atrás referidos relativos ao ano civil anterior.

7. A obrigação prevista no número anterior não se aplica aos trabalhadores independentes:

- Que se encontrem isentos do pagamento de contribuições por

acumulação da atividade com pensão: o de invalidez ou de velhice, e a atividade profissional seja legalmente cumulável com as respetivas pensões; por risco profissional, de que resultou uma incapacidade para o trabalho igual ou superior a 70%.

- cujo rendimento relevante seja apurado com base no lucro tributável;
- que não tenham estado obrigados à entrega de, pelo menos, uma declaração trimestral relativa a rendimentos obtidos no ano civil anterior.

8. A declaração trimestral a efetuar em janeiro de 2019 tem por referência os rendimentos auferidos no trimestre imediatamente anterior (outubro, novembro e dezembro de 2018).



# COMPRE UM, LEVE SETE.



## POR 16.715€\* FIAT 500L WAGON TÁXI

7 Lugares | Câmara de estacionamento traseira | Roda sobresselente  
Sensores de luz e chuva | Travagem automática a baixa velocidade  
Rádio Tátil Uconnect Nav 7" | Pintura metalizada | Oferta Pintura Táxi

\*Valor Sujeito a IVA à tarifa em vigor. Imagem não contratual.  
Oferta limitada ao Stock existente. Valor calculado com ISV  
ajustado à atividade de TÁXIS. Oferta válida até 31/12/2018.  
Consumos e emissões de CO2 em ciclo misto de 4,2 L/100Km e de 112 g/Km.



fiat.pt

9. Os serviços da segurança social procedem, anualmente, à revisão das declarações relativas ao ano anterior com base na comunicação de rendimentos efetuada oficiosamente pela administração fiscal e notificam o trabalhador independente das diferenças apuradas.

### Determinação do rendimento relevante

10. O rendimento relevante passa a ser determinado com base nos rendimentos obtidos nos três meses imediatamente anteriores ao mês da declaração trimestral, correspondendo a 70 % do valor total de prestação de serviços ou a 20 % dos rendimentos associados à produção e venda de bens.
11. No caso de trabalhador independente abrangido pelo regime de contabilidade organizada, previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o rendimento relevante corresponde ao valor do lucro tributável apurado no ano civil imediatamente anterior.
12. Os rendimentos que não forem considerados para efeitos de determinação do rendimento relevante são os previstos em legislação regulamentar. Mas o trabalhador independente pode optar pela sua inclusão.
13. O apuramento do rendimento é efetuado pela instituição de segurança social competente com base nos valores declarados pelo trabalhador independente, bem como nos valores declarados para efeitos fiscais.

### Base de incidência contributiva

14. A base de incidência contributiva mensal, que é o valor sobre o qual é aplicada a taxa contributiva, corresponde a 1/3 do rendimento relevante apurado em cada período declarativo, produzindo efeitos no próprio mês e nos dois meses seguintes.
15. Se não existirem rendimentos ou se o valor das contribuições devidas, pela aplicação do rendimento relevante apurado for inferior a € 20,00, é fixada a base de incidência que corresponda ao montante de contribuições naquele valor.
16. No caso de estar abrangido pelo regime de contabilidade organizada, a



- base de incidência mensal corresponde ao duodécimo do lucro tributável, com o limite mínimo de 1,5 vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), sendo fixada em outubro para produzir efeitos no ano civil seguinte.
17. A base de incidência dos trabalhadores independentes, que acumulem atividade com atividade profissional por conta de outrem e cujo rendimento relevante mensal médio apurado trimestralmente como trabalhador independente for de montante igual ou superior a 4 vezes o valor do IAS, corresponde ao valor que ultrapasse aquele limite.
18. A base de incidência contributiva considerada em cada mês tem como limite máximo 12 vezes o valor do IAS.
19. Quando efetuar a declaração trimestral, pode optar que lhes seja fixado um rendimento relevante superior ou inferior até ao limite de 25 % e em intervalos de 5%.
20. No início da produção de efeitos do enquadramento ou no reinício de atividade e até à primeira declaração trimestral, é fixada, uma base de incidência contributiva, que corresponde a um montante de contribuições de 20 eu-

ros, exceto se a base de incidência já estiver fixada para esse período.

21. Os trabalhadores independentes que vão exercer a respetiva atividade em país estrangeiro e que optem por manter o seu enquadramento no regime geral dos trabalhadores independentes, mantêm a última base de incidência fixada, nos casos em que os rendimentos de trabalho independente não sejam declarados em Portugal.
22. A base de incidência contributiva dos trabalhadores enquadrados exclusivamente por força da sua qualidade de cônjuges de trabalhadores independentes corresponde a 70% do rendimento relevante do trabalhador independente, com os limites mínimos referidos anteriormente nos números 16 a 18. Contudo, podem requerer que lhes seja fixado um rendimento relevante inferior até 20% daquele que lhes foi aplicado ou superior até ao limite do rendimento relevante dos trabalhadores independentes.

### Taxa contributiva

23. A taxa contributiva a cargo dos trabalhadores independentes foi alterada para 21,4%.

24. A taxa contributiva a cargo dos empresários em nome individual e dos titulares de estabelecimento individual de responsabilidade limitada e respectivos cônjuges foi alterada para 25,2%.

### Pagamento de contribuições

25. O pagamento das contribuições passa a ser efetuado entre o dia 10 e o dia 20 do mês seguinte àquele a que as mesmas respeitam.

26. A obrigação contributiva cessa a partir do 1.º dia do mês seguinte àquele em que cesse a atividade, sem prejuízo do pagamento de contribuições que resulte de revisão anual.

27. O pagamento de contribuições resultante da revisão anual é considerado como efetuado fora do prazo.

### Isenção da obrigação contributiva

28. A isenção da obrigação de contribuir, por acumulação da atividade independente com atividade por conta

de outrem, é atribuída quando:

- O rendimento relevante mensal médio apurado trimestralmente, resultante da atividade independente, for inferior a 4 vezes o valor do IAS e, se
  - O valor da remuneração mensal média, resultante da atividade por conta de outrem, for igual ou superior a 1 vez o valor do IAS.
  - Acumulem a atividade com pensão de invalidez ou de velhice, e a atividade profissional seja legalmente cumulável com as respetivas pensões;
  - Acumulem a atividade com pensão por risco profissional, de que resultou uma incapacidade para o trabalho igual ou superior a 70%.
29. A isenção de contribuir é também atribuída quando, em janeiro do ano seguinte àquele a que corresponde, se tenha verificado a obrigação do pagamento de contribuições durante o ano anterior nos termos indicados

no número 15, e enquanto se mantiverem as condições que determinaram a sua aplicação.

### Trabalhadores economicamente dependentes

30. Considera-se trabalhador economicamente dependente aquele que obtenha de uma única entidade contratante mais de 50% do valor total dos seus rendimentos anuais resultantes da atividade independente que determinem a constituição de obrigação contributiva.

31. A taxa contributiva a cargo das entidades contratantes passa a ser de:

- 10% nas situações em que a dependência económica é superior a 80 %;
- 7% nas restantes situações.

32. Estas alterações produzem efeitos a 1 de janeiro de 2018, sendo consideradas no apuramento das entidades contratantes referentes a 2018, a efetuar em 2019. •



STAND  
E VENDA  
DE PEÇAS  
MERCÉDES



Rua Joly Braga Santos  
lote H, 1600-123 Lisboa  
Tel. 217 220 150 | 217 268 879  
E-mail: merclasse.geral@gmail.com

## MADEIRA

## PSD EXIGE MELHORIAS PARA OS TÁXIS DO FUNCHAL



O PSD defendeu, em julho passado, que o novo regulamento de táxi para o Funchal não protege profissionais do Sector. A reação do PSD na Câmara Municipal do Funchal apelou para a que fosse criada uma salvaguarda no regulamento para o atual contingente de táxis e pediu à autarquia para colaborar com a Associação Industrial dos Táxis da Madeira.

O regulamento aprovado em reunião camarária gerou críticas por parte da verção social democrata que referiu que “não podemos ter um regulamento que não proteja os industriais de táxi. Não podemos ter um regulamento que possa criar concorrência nestes profissionais”, pela voz da vereadora Rubina Leal, vereadora do PSD no município do Funchal, que alertou que o novo regulamento não pode “colocar em risco o contingente de táxis” que já existe.

Considerando que “o contingente de táxis que existe é suficiente”, realçou as “dúvi-

das que o documento suscita e a falta de esclarecimentos por parte do executivo municipal”.

### PLANO DE AÇÃO PARA A MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL ALVO DE CRÍTICAS

Classificando o Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) para a cidade de Funchal como medida “catastrófica”, a AITRAM - Associação Industrial de Táxi da Região classificou o ponto do plano de mobilidade que poderá impedir a entrada de veículos anteriores ao ano de 2001 na baixa do Funchal, o que representa que cerca de 650 viaturas, ou seja, 80% da frota regional ficaria impedida de circular no centro da cidade. Para o PSD é claro que “a Câmara pretende implementar uma ‘ZER [Zona de Emissão Reduzida] na zona delimitada pela Cota 40, impedindo a entrada e circulação de veículos anteriores a 2001”.

## ALMADA

## ELEIÇÃO DE DELEGADOS



As eleições de delegado e de sub-delegado da FPT para o concelho de Almada realizaram-se no dia 21 de abril, na Sede da Auto Estrela Almadense, sendo eleito para delegado, o associado Rapitáxi, Lda, representada por Henrique Manuel Martins Severino e para sub-delegado a Auto Estrela Almadense, Coop. Táxis de Almada, CRL, representada por Carlos Luís Isidro Vasco. Fernando Carneiro, da FPT, registou o momento, realçando a importância da eleição de delegados para os concelhos de todo o País. “É através destes industriais e profissionais que contactamos de forma mais próxima com a realidade do País”, sublinha. A Revista Táxi abordará proximamente a importância que os delegados têm para a Federação.



## ALENTEJO

## NA FALTA DO COMBÓIO LÁ ESTÁ O TÁXI

Em agosto, os táxis fizeram as vezes do comboio na linha ferroviária do Alentejo, pois os problemas do transporte ferroviário na linha do Alentejo continuam.

Avarias no material e composições circulares determinaram, por exemplo, na ligação entre Beja e Casa Branca, que os passageiros fossem assistidos pelos Bombeiros Voluntários de Alvito, ao calor excessivo de temperaturas superiores a 40

graus. Nesta ocasião foi uma automotora que avariou à saída da estação de Cuba. Para ultrapassar estes transtornos de transporte na zona, algumas das ligações entre Casa Branca e Beja foram asseguradas por uma empresa de táxis com sede em Évora, tentando a CP reduzir assim os atrasos provocados pelas avarias, perante a impaciência de alguns passageiros.



NÃO É PRECISO MUITO  
PARA TER TANTAS VANTAGENS.



**POR 14.990€\***

**FIAT TIPO SW TÁXI**

RÁDIO TÁTIL UCONNECT NAV 7" | ANDROID AUTO  
APPLE CARPLAY | FARÓIS XÉNON | CÂMARA DE  
ESTACIONAMENTO TRASEIRA | RODA SOBRESSELENTE  
PINTURA METALIZADA PRETO | OFERTA PINTURA TÁXI

\*Valor Sujeito a IVA à tarifa em vigor. Imagem não contratual. Oferta limitada ao Stock existente.  
Valor calculado com ISV ajustado à atividade de TÁXIS. Oferta válida até 31/12/2018.  
Consumos e emissões de CO<sub>2</sub> em ciclo misto de 3,4 a 3,9 L/100Km e de 89 a 101g/Km.



fiat.pt

## PORTO

## FPT INTERPELA A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL

A Federação Portuguesa do Táxi interpeleu o Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal e chamou a atenção para uma “situação que é regular na cidade do Porto, mais precisamente na estação Ferroviária de Campanhã, a mais movimentada na cidade do Porto, uma vez que é, também, a que tem mais ligações ferroviárias entre cidades e um maior alargamento de horários. A FPT aproveitou para solicitar “uma intervenção no sentido de melhorar as condições referente à praça de táxis, como já aconteceu na estação de Santa Apolónia, em Lisboa”, de forma a minorar o incómodo de quem espera por um táxi por vezes por largos

minutos. As melhorias poderiam incluir a colocação de um corrimão ou separador, de forma a orientar a fila de espera, e uma cobertura para que todos aqueles que utilizem a fila não estejam tão expostos.

A grande movimentação da população naquela estação de comboios, não só de estudantes e de pessoas que trabalham diariamente na cidade, mas também visitantes e turistas, origina que nem sempre utilizam o autocarro ou o metro e preferem um transporte mais direto e simplificado, cómodo e personalizado, como o serviço de táxi.

Para os industriais de Táxi da Cidade do Porto urge alterar a disposição da praça

de táxis naquele ponto fulcral de mobilidade da Invicta, evitando assim esperas prolongadas junto à praça, em frente à estação, sob os efeitos do clima

A FPT contextualizou a sua mensagem com fotografias da praça de táxis em momentos de maior movimento e congestionamento.

Carlos Lima, vice-presidente da Federação e responsável pela Delegação Norte, salienta que “cuidar do conforto dos passageiros, inclusivamente nos períodos de espera, é investir no Táxi, pois o fluxo aumenta se houver melhores condições para o uso deste transporte”.. ●

## 42º ANIVERSÁRIO DA TRANSCONOR

No dia 19 de maio último teve lugar a comemoração do 42º Aniversário da Transconor, Cooperativa de Táxis do Norte, CRL, em Galafura, Peso da Régua.

A Federação Portuguesa do Táxi fez questão de estar presente para cantar os “Parabéns a Você”, numa cerimónia animada na qual não faltou um colorido bolo de ani-

versário e o brinde com champanhe.

Os dirigentes da Transconor agradeceram a participação dos amigos e da Federação, prometendo mais festa para o ano que vem e deixando “um abraço do tamanho do Douro”.

A Cooperativa de Táxis do Norte – Transconor tem sede na Cidade Invicta do Porto. ●



## LISBOA

## TÁXIS SÃO REFERÊNCIA DE HONESTIDADE

No mês de junho foi divulgado que um passageiro se havia esquecido de uma mala com 38 mil euros no interior do táxi que o transportara. A mala foi-lhe devolvida intacta graças ao profissional de táxi e aos prontos contactos da central Cooptáxis, de Lisboa.

Ao dar por falta da mala recheada de dinheiro, o passageiro ligou para a Polícia de Segurança Pública revelando o seu esquecimento. A Polícia iniciou “diligências no sentido de contactar com as diversas centrais de táxi que operam na cidade de Lisboa com o intuito de localizar o veículo e recuperar os bens”.

A mala foi prontamente encontrada pois o call center da Cooptáxis já estava também a tentar contactar a PSP para a devolução de tão elevada quantia na mala, chegando assim intacta ao seu dono agradecido.

Outro caso, outro exemplo de profissionalismo.

Em carta de agradecimento à Cooptáxis e ao seu profissional, uma passageira relatou que, em trânsito entre o aeroporto de Lisboa e a estação do Oriente, de onde partiria para Faro, com a pressa originada pelo atraso da chegada do avião a Lisboa, deixou esquecida a carteira no táxi que a

transportou. Perderia cerca de 300 euros e documentos pessoais importantes.

Rapidamente se dirigiu à esquadra da Gare do Oriente na qual os agentes tentaram localizar a referida viatura nas duas praças de táxi ali existentes. Como não foi logo possível resolver o caso, a passageira seguiu para Faro, desolada com a sua perda. No mesmo dia foi contactada pelo motorista de táxi que se prontificava a devolver a carteira encontrada na sua viatura no início de novo turno de trabalho.

A passageira contactou a Cooptáxis e manifestou o seu agradecimento, elogiando a honestidade dos seus profissionais. ●



# Dacia SANDERO

Oferta Comercial para Táxis

Por  
**9.570€\***

Dacia Sandero TCe 90 S&S Bi-Fuel Confort

5,85% TAE | COM FINANCIAMENTO E ABATE



\*IVA não incluído nos valores apresentados. LEASING Automóvel para Dacia Sandero TCe 90 S&S Bi-Fuel Confort por 9.570€, com financiamento RCI Banque sujeito a aprovação. Válido até 31/12/2018 para Empresas e ENI's, com entrega em Portugal Continental. TAN 3,95%, MTIC 10.805€ - Comissão Abertura 244€ e de processamento de prestação 2,6€/mês, incluídas na TAEG. Reservado a concessionários que actuem como intermediário de crédito a título acessório da RCI Banque. Mais informações junto da RCI Banque. Imagem não contratual.



# FORMAÇÃO PROFISSIONAL FPT

A FPT ESTÁ DISPONÍVEL PARA ORGANIZAR E REALIZAR FORMAÇÃO NA REGIÃO ONDE RESIDE OU TRABALHA (DESDE QUE SEJA ASSEGURADO UM NÚMERO MÍNIMO DE PARTICIPANTES). CONTACTE AS NOSSAS DELEGAÇÕES.

## 🏠 LOCAIS DE FORMAÇÃO - FPT

### SEDE

#### Lisboa

Estrada Paço do Lumiar, Lote R2, Loja A  
1600-543 LISBOA  
*Departamento de Formação*  
Alzira Lopes  
Telef. 217 112 870  
Fax: 217 112 879  
Email: sede@fptaxi.pt

#### Santarém

*Departamento de Formação*  
Alzira Lopes  
Telef. 217 112 870  
Email: sede@fptaxi.pt

### DELEGAÇÃO CENTRO

#### Coimbra

Avenida Fernão Magalhães,  
nº 481 – 1ªA - 3000 – 177 Coimbra  
*Departamento de Formação*  
Helena Marques  
Telef. 239 840 058  
Fax: 239 840 059  
Email: del.centro@fptaxi.pt

#### Viseu

*Departamento de Formação*  
Helena Marques  
Telef. 239 840 058  
Fax: 239 840 059  
Email: del.centro@fptaxi.pt

#### Guarda

*Departamento de Formação*  
Helena Marques  
Telef. 239 840 058  
Fax: 239 840 059  
Email: del.centro@fptaxi.pt

#### Alvaiázere

*Departamento de Formação*  
Helena Marques  
Telef. 239 840 058  
Fax: 239 840 059  
Email: del.centro@fptaxi.pt

#### Covilhã

*Departamento de Formação*  
Helena Marques  
Telef. 239 840 058  
Fax: 239 840 059  
Email: del.centro@fptaxi.pt

### DELEGAÇÃO NORTE

#### Porto

Rua Júlio Lourenço Pinto, nº 124  
4150 – 004 Porto  
*Departamento de Formação*  
Cátia Saraiva  
Telef. 223 722 900  
Fax: 223 722 899  
Email: del.norte@fptaxi.pt

#### Vinh-ais

*Departamento de Formação*  
Cátia Saraiva  
/Alexandre Martins  
Telef. 223 722 900/964 065 287  
Fax: 223 722 899  
Email: del.norte@fptaxi.pt

### DELEGAÇÃO SUL

#### Faro

Rua Coronel António dos Santos  
Fonseca  
Edifício Batalha, Lote 23 R/C Dtº  
8000-257 Faro  
*Departamento de Formação*  
Andreia Vieira  
Telef. 289 878 102  
Fax: 289 878 104  
Email: del.sul@fptaxi.pt

#### Albufeira

*Departamento de Formação*  
Andreia Vieira  
Telef. 289 878 102  
Fax: 289 878 104  
Email: del.sul@fptaxi.pt

#### Vila Real de Santo António

*Departamento de Formação*  
Dionísio Estevão  
/Andreia Vieira  
Telef. 289 878 102  
Fax: 289 878 104  
Email: del.sul@fptaxi.pt

#### Núcleo de Portimão

*Departamento de Formação*  
José Romão  
/Maria Matias  
Telef. 961 939 083  
Email: nuc.portimao@fptaxi.pt

### FORMAÇÃO DE MOTORISTA DE TÁXI:

- **OBTENÇÃO DE CAP**  
- **FORMAÇÃO INICIAL (125 HORAS)**  
Horário Laboral e Pós-Laboral
- **RENOVAÇÃO DO CAP**  
- **FORMAÇÃO CONTÍNUA (25 HORAS)**  
Horário Laboral e Pós-Laboral

### FORMAÇÃO DE MOTORISTA DE TRANSPORTE COLECTIVO DE CRIANÇAS:

- **FORMAÇÃO INICIAL (35 HORAS)**  
Horário Laboral e Pós-Laboral
- **FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (20 HORAS)**  
Horário Laboral e Pós-Laboral

### FORMAÇÃO CONTÍNUA DE MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS DE:

- **MERCADORIAS (35 HORAS)**  
Horário Laboral e Pós-Laboral
- **PASSEIROS (35 HORAS)**  
Horário Laboral e Pós-Laboral

### FORMAÇÃO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA SISTEMA DA CARTA POR PONTOS

- **FORMAÇÃO VOLUNTÁRIA (8 HORAS)**  
Horário Laboral e Pós-Laboral
- **FORMAÇÃO OBRIGATÓRIA (16 HORAS)**  
Horário Laboral e Pós-Laboral

### RENOVAÇÃO CAPI

Seis meses antes de terminar a validade do CAP, pode fazer a sua renovação! Não deixe caducar o CAP. Informe-se nas delegações da FPT ou junto dos nossos delegados.



# NÃO É PRECISO MUITO PARA TER TANTAS VANTAGENS.



## POR 13.580€\*

### FIAT TIPO 1.6 120CV LOUNGE TÁXI

RÁDIO TÁTIL UCONNECT NAV 7" | FARÓIS XÉNON  
CÂMARA ESTACIONAMENTO TRASEIRA | SENSORES  
LUZ E CHUVA | RODA SOBRESSELENTE | PINTURA  
METALIZADA PRETO | OFERTA PINTURA TÁXI

\*Valor Sujeito a IVA à tarifa em vigor. Imagem não contratual. Oferta limitada ao Stock existente.  
Valor calculado com ISV ajustado à atividade de TÁXIS. Oferta válida até 31/08/2018.  
Consumos e emissões de CO<sub>2</sub> em ciclo misto de 3,7 a 4,2 L/100Km e de 98 a 110 g/Km.



fiat.pt



# Dacia **LOGAN MCV**

Oferta Comercial para Táxis

Por

**10.400€\***

Dacia Logan MCV TCe 90 Bi-Fuel Confort

5,72 % TAE | COM FINANCIAMENTO E ABATE



\*IVA não incluído nos valores apresentados. LEASING Automóvel para Dacia Logan MCV TCe 90 S&S BI-Fuel Confort por 10.400€, com financiamento RCI Banque sujeito a aprovação. Válido até 31/12/2018 para Empresas e ENI's, com entrega em Portugal Continental. TAN 3,95%, MTIC 11.700€ - Comissão Abertura 244€ e de processamento de prestação 2,6€/mês, incluídas na TAEG. Reservado a concessionários que actuem como intermediário de crédito a título acessório da RCI Banque. Mais informações junto da RCI Banque. Imagem não contratual.



# Dacia **LODGY**

Oferta Comercial para Táxis

Por

**11.702€\***

Dacia Lodgy SCe 110 Bi-Fuel Confort+

5,50% TAE | COM FINANCIAMENTO E ABATE



\*IVA não incluído nos valores apresentados. LEASING Automóvel para Dacia Lodgy SCe 100 Bi-Fuel Confort+ por 11.702€, com financiamento RCI Banque sujeito a aprovação. Válido até 31/12/2018 para Empresas e ENI's, com entrega em Portugal Continental. TAN 3,95%, MTIC 13.138€ - Comissão Abertura 244€ e de processamento de prestação 2,6€/mês, incluídas na TAEG. Reservado a concessionários que atuem como intermediário de crédito a título acessório da RCI Banque. Mais informações junto da RCI Banque. Imagem não contratual.

# FORMAÇÃO SEGURANÇA RODOVIÁRIA

## Sistema da Carta de Condução por Pontos

Desde junho de 2016 está em vigor a carta de condução por pontos.

A cada condutor são atribuídos inicialmente **12 pontos**.

Conforme o tipo de infração cometida, são retirados pontos. Quando ficar sem pontos, fica sem carta!

O condutor **perde pontos** se praticar as seguintes infrações rodoviárias:

- **-6 pontos** nos crimes rodoviários
- **-5 pontos** na condução sob influência de álcool (com taxa de alcoolemia igual ou superior a 0,8 g/l e inferior a 1,2 g/l) ou sob influência de substâncias psicotrópicas
- **-5 pontos** no excesso de velocidade superior a 40 km/h (motociclo ou automóvel ligeiro) ou 20 km/h (outro veículo a motor) em zonas de coexistência
- **-4 pontos** nas restantes contraordenações muito graves
- **-3 pontos** na condução sob influência de álcool (com taxa de alcoolemia igual ou superior a 0,5 g/l e inferior a 0,8 g/l)
- **-3 pontos** no excesso de velocidade superior a 20 km/h (motociclo ou automóvel ligeiro) ou 10 km/h (outro veículo a motor) em zonas de coexistência
- **-3 pontos** na ultrapassagem imediatamente antes e nas passagens para peões ou velocípedes
- **-2 pontos** nas restantes contraordenações graves

Se as contraordenações ocorrerem no mesmo dia são retirados no máximo **6 pontos** acumulando apenas no caso das contraordenações por condução sob influência de álcool ou substâncias psicotrópicas. A subtração de pontos acumula sempre com as coimas e multas em vigor.

### Principais consequências

Quando os condutores atingirem um número de pontos reduzido, sujeitam-se às seguintes consequências:

- **5 ou 4 pontos:** frequentar ação de formação rodoviária obrigatória
- **3, 2 ou 1 ponto:** repetir o exame de código
- **0 pontos:** repetir o exame de código e o exame de condução, após período de inibição de 2 anos e suportando os respetivos custos (cassação do título de condução).

### Recuperação de pontos

- **+3 pontos** se num período de três anos (ou dois no caso de condutores profissionais), o(a) condutor(a) não tiver qualquer registo de contraordenações graves, muito graves ou crimes de natureza rodoviária no seu registo de infrações
- **+1 ponto** a cada período de revalidação da carta, sem crimes rodoviários e se o(a) condutor(a) frequentar voluntariamente ação de formação de segurança rodoviária. Os condutores podem acumular no máximo 15 pontos.

## Formação em Segurança Rodoviária

### Formação Voluntária (8 horas):

A cada período de revalidação da carta de condução, sem crimes rodoviários **Ganha 1 ponto**

Módulo	Duração (nº horas)
Breve análise do Código da Estrada	3
Breve análise do processo de contraordenações rodoviárias	1
Breve análise do Regulamento de Sinalização do Trânsito	1
O sistema de circulação rodoviária	3
<b>Total</b>	<b>8</b>

### Formação Obrigatória (16 horas):

Quando a sua carta tiver **5 ou menos pontos** é notificado pela ANSR. Após receber a notificação da ANSR tem:

- 10 dias úteis para se inscrever numa ação de formação
- 180 dias para concluir a formação

Módulo	Duração (nº horas)
Enquadramento: A responsabilidade do condutor: civil, criminal, contraordenacional, social.	6
Circulação Rodoviária	5
Segurança Rodoviária	5
<b>Total</b>	<b>16</b>

As faltas não justificadas à ação de formação ou à repetição do exame de código, ou a reprovação, implicam a cassação do título de condução (ficar sem carta e aguardar 2 anos para tirar novamente).

### Documentos necessários:

Cartão de Cidadão; Carta de Condução; Notificação ANSR (se tiver 5 ou menos pontos)

### Procedimento administrativo

Os pontos são subtraídos ou adicionados informaticamente e apenas na data da definitividade da decisão administrativa ou do trânsito da sentença em julgado. Os condutores podem consultar os seus pontos no site ANSR ([www.ansr.pt](http://www.ansr.pt)) no Portal das Contraordenações Rodoviárias

### Inexistência de amnistia ou retroatividade

As infrações cometidas antes da entrada em vigor do novo sistema serão punidas ao abrigo do regime legal anterior e não terão como consequência a subtração de pontos.

### Alteração sem custos

O novo sistema da carta de condução não implica qualquer substituição de documentos.

## Preços da formação

Tipo de formação	Nº horas	Horário laboral	Horário pós-laboral (noite e sábado)
Formação Voluntária	8h	50,00 €	60,00 €
Formação Obrigatória	16h	120,00 €	130,00 €



# OBITUÁRIO



No dia 31 de agosto de 2018 faleceu o associado Eduardo Rodrigues Ferreira, Sócio nº 2322, natural Oliveira do Mondego - Penacova.

**À FAMÍLIA ENLUTADA,  
A FPT APRESENTA AS SENTIDAS  
CONDOLÊNCIAS.**

## FICHA TÉCNICA

**DIRETOR** Carlos Ramos; **PROPRIEDADE** Federação Portuguesa do Táxi - FPT NIF 503404730 **REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO** Estrada de Paço do Lumiar, Lt, R-2, Loja A 1600-543 Lisboa **TELF** 217 112 870 **FAX** 217 112 879 **E-MAIL** sede@fptaxi.pt - **DELEGAÇÕES FPT:** **NORTE** Rua Júlio Lourenço Pinto, 124, 4150-004 Porto **TELF** 223 722 900 **FAX** 223 722 899 **E-MAIL** del.norte@fptaxi.pt - **CENTRO** Av. Fernão Magalhães, 481, 1º A, 3000-177 Coimbra **TELF** 239 840 057 / 912 282 060 **FAX** 239 840 059 **E-MAIL** del.centro@fptaxi.pt - **SUL** Rua Coronel António Santos Fonseca, Ed. Batalha, Lt.23, R/C Dto., 8000-257 Faro **TELF** 289 878 102 **FAX** 289 878 104 **E-MAIL** del.sul@fptaxi.pt - **NÚCLEO DE PORTIMÃO** Urbanização Vista Mar e Serra, Lote 24 1º Esq, 8500-783 Portimão **TELF** 961 939 083 **E-MAIL** dnuc.portimao@fptaxi.pt - **EDITOR** Rafael Vicente **E-MAIL** gabinete.imprensa@fptaxi.pt - **FOTOGRAFIA** Rafael Vicente - **PAGINAÇÃO E GRAFISMO** Ivo Mendes **E-MAIL** mauriatti@gmail.com - **REVISÃO** Carlos Silva - **COLABORADORES** Isabel Patrício, António Pedro, Fernando Carneiro, Carlos Lima, Patrícia Jacobetty, João Cordeiro, Armando Casa Nova, José Romão, Francisco Costa Lopes, Carla Silva, Alzira Lopes. - **PUBLICIDADE** Rute Oliveira - **IMPRESSÃO** SIG - Sociedade Industrial Gráfica **TIRAGEM** 4000 exemplares - **EMPRESA JORNALÍSTICA** 219182 - **REGISTO DE TÍTULO** 1191183 - **DEPÓSITO LEGAL** 92177/95

## ESTATUTO EDITORIAL DA REVISTA TÁXI

1. A Revista *TÁXI*, criada em 1995, é o órgão de informação trimestral da Federação Portuguesa do Táxi (FPT), a sua proprietária, e é gerida pela Direção da Federação. 2. Como órgão institucional deve respeitar os Estatutos da FPT. Como órgão de informação deve respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional do Jornalismo. 3. A *TÁXI* privilegia, na sua temática, as questões relacionadas com o Sector do Táxi, no sentido da promoção da defesa dos seus associados e dos industriais e profissionais do Sector, como cidadãos com direitos e deveres, sendo elemento ativo na defesa dos seus direitos na sociedade portuguesa. 4. A *TÁXI* deve ser, também, veículo de toda a problemática do Sector do Táxi, promovendo a defesa dos seus direitos e divulgando as iniciativas das suas organizações representativas. 5. A *TÁXI* poderá incluir temas gerais de carácter informativo, cultural e recreativo. 6. A *TÁXI* deve estar permanentemente atenta ao que se passa na FPT e deve ser um colaborador privilegiado dos seus Órgãos Sociais, na Sede e nas Delegações e Núcleos, na divulgação da imagem e dignificação da Federação, junto dos Órgãos do Estado e das Autarquias, das Autoridades Policiais e de Segurança, das organizações internacionais do Sector do Táxi, das organizações de industriais e de profissionais do Sector do Táxi e da opinião pública em geral. 7. A *TÁXI* deve prestar atenção muito especial às bases da FPT, reservando parte importante do seu espaço para a divulgação das notícias e eventos das Delegações e dos Delegados e para dar voz aos associados, quer publicando as suas cartas, quer indo ao seu encontro para colher os seus testemunhos a publicar em forma de entrevista. 8. Sendo os industriais e profissionais os agentes do Sector dos Transportes, a revista *TÁXI*, em colaboração com a Direção da FPT, deve manter os associados informados sobre o Sector dos Transportes, em especial nos assuntos de interesse comum com o Sector do Táxi. 9. Na seleção do material a publicar, a *TÁXI* deve ter presentes princípios de isenção e pluralismo, devendo a colocação dos textos nas páginas, as ilustrações e outros elementos obedecer a critérios baseados na efetiva importância de cada texto ou foto e não nas convicções ou interesses particulares dos seus autores ou de quem seleciona ou pagina. 10. Em cada edição, a *TÁXI* deve fazer a distinção do que é material noticioso e do que é opinião. As notícias devem ser objetivas e cingir-se à narração e análise dos factos; as opiniões devem ser assinadas por quem as defende e obedecer aos princípios do presente Estatuto. 11. A *TÁXI* deve estar atenta à evolução das novas tecnologias da informação e procurar estar atualizada na sua utilização.

# Táaxiii...

## Livre para o seu negócio

### Soluções de seguros para Táxis

Lisboa: 211 149 403  
Porto: 220 027 737  
Portimão: 282 425 560

[www.lusoatlantica.pt](http://www.lusoatlantica.pt)

**LusoAtlântica**  
Corretor de Seguros, S.A.



Táxi Seguro | Acidentes de Trabalho | Outros Ramos

# FORMAÇÃO

## SEGURANÇA RODOVIÁRIA

## CARTA POR PONTOS

**50€**  
DESDE

### FORMAÇÃO VOLUNTÁRIA

A cada período de revalidação da carta de condução sem crimes rodoviários adiciona 1 ponto.

**GANHA 1 PONTO**

Duração: 8 horas

**120€**  
DESDE

### FORMAÇÃO OBRIGATÓRIA

Quando a sua carta de condução tiver 5 ou menos pontos é notificado(a) pela ANSR. Após receber essa notificação, tem:

- 10 dias úteis para se inscrever numa ação de formação;
- 180 dias para concluir a formação

Duração: 16 horas

#### Mais Informação:

Site: [www.fptaxi.pt](http://www.fptaxi.pt)

Sede Lisboa: Tel: 217 112 870 Email: [sede@fptaxi.pt](mailto:sede@fptaxi.pt)

Delegação Norte Porto: Tel: 223 722 900 Email: [del.norte@fptaxi.pt](mailto:del.norte@fptaxi.pt)

Delegação Centro Coimbra: Tel: 239 840 057 Email: [del.centro@fptaxi.pt](mailto:del.centro@fptaxi.pt)

Delegação Sul Faro: Tel: 289 878 102 Email: [del.sul@fptaxi.pt](mailto:del.sul@fptaxi.pt)

